

# Superior Tribunal de Justiça

## MANDADO DE SEGURANÇA Nº 22.264 - DF (2015/0302584-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
IMPETRANTE : CHARLES CHAPLIM DA PAZ BENTES  
IMPETRANTE : EDIVALDO DA PAZ BENTES  
IMPETRANTE : MARIA DE LOURDES DA PAZ BENTES  
IMPETRANTE : ROBSON DA PAZ BENTES  
IMPETRANTE : KARINA DA PAZ BENTES  
ADVOGADO : CLEITON LUIZ TEIXEIRA DE SOUZA E OUTRO(S) -  
RJ174373  
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
ORÇAMENTO E GESTÃO  
INTERES. : UNIÃO

### EMENTA

DIREITO ANISTIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIADO POLÍTICO. EFEITOS RETROATIVOS DA REPARAÇÃO ECONÔMICA. NÃO COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE INVENTARIANTE EM PROCESSO JUDICIAL. ILEGITIMIDADE ATIVA. EXTINÇÃO DO MANDAMUS SEM APRECIACÃO DO MÉRITO.

1. *A condição de anistiado é personalíssima e, com o seu falecimento, o valor referente ao retroativo passa a integrar o patrimônio do espólio e, após a partilha, dos sucessores. A jurisprudência dominante se firmou pela impossibilidade de manejo do writ, ressalvada a utilização da via ordinária (AgInt no MS 24.324/DF, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 16.9.2019).*

2. Na hipótese, não houve comprovação de que o bem ora pleiteado tenha sido transmitido aos impetrantes em partilha, o que denota sua ilegitimidade ativa.

3. Mandado de Segurança extinto sem apreciação do mérito.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília/DF, 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

